(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. Recentemente, passou também a atuar em dois novos mercados no Brasil, com a produção própria de aços planos e a expansão das atividades de minério de ferro, iniciativas que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade de suas operações. Com mais de 45 mil colaboradores, a Gerdau possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Com mais de 120 mil acionistas, as ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21/02/2014.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Controladora".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e associadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2013.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Investimentos em empresas controladas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados e os fluxos de caixa das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa, desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com as IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Investimento em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas associadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Os investimentos financeiros em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

d) Investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Os investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

e) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações financeiras sobre os investimentos em empresas com controle compartilhado e os investimentos em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como os investimentos em empresas controladas e associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras nestas empresas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os ganhos e perdas em transações com estas empresas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa. As perdas, em excesso ao investimento efetuado nestas empresas, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes destas empresas na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Controladora e de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As subsidiárias no Brasil utilizam o Real como moeda funcional, enquanto que as controladas nos Estados Unidos utilizam o dólar e as controladas na Espanha utilizam o Euro como moeda funcional. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Quando há baixa de uma operação no exterior (baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes é reclassificado para o resultado do exercício.

c) Empresas do grupo

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e
- iv) os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima.

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 470,3% desde a data de aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 196,7% em 2013. Os efeitos da atualização pela taxa de inflação em 2013 foram apresentados na Demonstração dos resultados. Em dezembro de 2013 o governo da Venezuela passou a publicar uma segunda taxa de câmbio aplicável a determinadas operações. A Companhia entende que as taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil são as que melhor refletem o cenário econômico para fins da conversão da moeda local para Reais, que é a moeda funcional da Companhia, para fins da preparação de suas Demonstrações Financeiras. O impacto da adoção desta segunda taxa de cambio nas Demonstrações Financeiras seria de R\$ 106.846, equivalente a 0,3% do Patrimônio Liquido da Companhia.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21 (CPC 02), onde os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". As Demonstrações Financeiras da controladora reconhecem estes efeitos através do método de Equivalência Patrimonial.

2.3 – Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 15.

a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

c) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge . Como descrito na nota 15, a Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting).

e) Derivativos mensurados ao valor justo reconhecido no resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

g) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

h) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5.

i) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 - Imobilizado

A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subseqüentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada em conjunto, ou associada, na respectiva data de aquisição.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira", no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma subsidiária, entidade controlada em conjunto, ou associada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em um método acelerado que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor em uso dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior à prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.2.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade controlada em conjunto não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade controlada em conjunto. Assim, qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado.

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de despesa financeira ou receita financeira, conforme o caso, na demonstração do resultado.

Diferenças cambiais decorrentes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, na medida em que a cobertura seja eficaz. Na medida em que o *hedge* é ineficaz, essas diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os pagamentos potenciais em caixa relacionados a opções de venda emitidas pela Companhia sobre ações de suas subsidiárias, como detalhado na nota 15.f, são registradas na linha "Obrigações por compra de ações". O montante que pode se tornar liquidável no exercício da opção é inicialmente reconhecido ao valor justo e subsequentemente ajustado de maneira a atualizar o passivo até a data que se torne exercível. Os efeitos da atualização das opções de vendas são registrados na linha de despesa financeira na Demonstração do resultado. No evento da opção expirar sem ser exercida, o passivo é baixado com o correspondente ajuste no Patrimônio Líquido.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 (CPC 32) - liability method) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 19 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais,

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19. A Companhia entende que o reconhecimento das remensurações atuariais nos resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 - Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 – Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente a uma taxa de 7% ao ano se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

A Companhia registra a provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, onde mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

2.17 – Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota 28), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.18 – Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Controladora

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Os impactos de aumentos e de redução de participação em controladas que não envolvem perda de controle são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subseqüente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente pela IAS 28 (CPC 18) ou IAS 39 (CPC 38).

2.19 – Provisão para reestruturações

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.20 – Informações por Segmento

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço no Brasil, exceto Aços Especiais, a operação de minério de ferro no Brasil e a operação de carvão metalúrgico e coque na Colômbia), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais), Operação América Latina (inclui todas as operações na América Latina, exceto as operações do Brasil e a operação de carvão metalúrgico e de coque na Colômbia) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos Estados Unidos e na Índia).

2.21 - Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings* per Share (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 22 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

2.22 - Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direitos de Ações Futuras, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 25.

2.23 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2013. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (Consolidated Financial Statements)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. Esta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 11 – Acordos de compartilhamento (Joint Arrangements)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados à definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhadas. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para os investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado e não realizava a consolidação proporcional desses investimentos. Como resultado, esta norma não impactou as suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades (Disclosure of Interests in Other Entities)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados à divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. Esta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo (Fair Value Measurement)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. Esta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 28 – Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado (Investments in Associates and Joint Ventures)

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para os investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado e como resultado, as alterações desta norma não impactaram as suas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

IAS 19 – Benefícios a empregados (Employee Benefits)

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. As alterações desta norma não impactaram de maneira relevante as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes (Presentation of Items of Other Comprehensive Income)

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2012. A Companhia alterou a divulgação da Demonstração dos Resultados Abrangentes e passou a classificar os itens dos resultados abrangentes em "Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro" e "Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro".

IFRIC 20 – Custos de remoção de materiais não aproveitáveis na fase de produção de uma mina de superfície (Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine)

Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao tratamento contábil da retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A adoção desta interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 7 – Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IFRS 7)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 1 – Empréstimos governamentais (First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Government Loans)

Em março de 2012, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração desta norma inclui uma exceção para a aplicação retrospectiva dos requerimentos da IFRS 9 e IAS 20 para empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, em virtude da mesma já ter adotado as IFRS 1.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2012 (Annual Improvements to IFRSs)

Em maio de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IFRIC 2 e IAS 34. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. As alterações destas normas não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Demonstrações financeiras consolidadas, Acordos de compartilhamento e Divulgações de participações em outras entidades: Guia de transição (Consolidated Financial Statements, Joint Arrangements and Disclosure of Interests in Other Entities: Transition Guidance – Amendments to IFRS 10, IFRS 11 and IFRS 12)

Em junho de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, as quais tratam de aspectos relacionados à adoção inicial destas normas e aspectos relacionados aos ajustes para divulgações comparativas. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. As alterações destas normas não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial Instruments)

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Em novembro de 2013, o IASB adicionou os requerimentos de contabilidade de hedge. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2015. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 e IFRS 7 – Data mandatória efetiva e divulgações de transição (Mandatory Effective Date and Transition Disclosures – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 9 e IFRS 7. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01/01/13 para 01/01/15. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IAS 32)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidades de Investimento (Investment Entities)

Em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 – Impostos (Levies)

Em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets - Amendments to IAS 36)

Em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 39 – Mudanças em derivativos e continuidade da contabilidade de hedge (Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting - Amendments to IAS 39)

Em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 19 - Plano de Benefício Definido: Contribuições dos Funcionários (Defined Benefit Plans: Employee Contributions)

Em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviço. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2011-2013 (Annual Improvements to IFRSs 2011-2013 Cycle)

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2010-2012 (Annual Improvements to IFRSs 2010-2012 Cycle)

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

	_		Pe	rcentual de par	rticipação	
Empresa consolidada	País —	Car	Capital total (*)		Capital votante	
		2013	2012	2013	2012	
Gerdau S.A.	Brasil	40,62	40,71	76,84	76,84	
Gerdau BG Participações S.A.	Brasil	99,99	99,99	99,99	99,99	
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	95,85	94,77	95,85	94,78	
Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiária (2)	Brasil	94,34	94,76	94,34	94,76	
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Holdings Inc. e subsidiária (3)	EUA	100,00	100,00	100,00	100,00	
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4)	Brasil	68,23	79,71	68,23	79,71	
Gerdau Holdings Europa S.A. e subsidiárias (5)	Espanha	100,00	60,00	100,00	60,00	
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,22	94,22	94,22	94,22	
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (6)	Chile	99,99	99,99	99,99	99,99	
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	97,16	96,48	97,17	96,48	
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (7)	Hungria	100,00	99,00	100,00	99,00	
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00	
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	Peru	90,03	86,66	90,03	86,66	
Diaco S.A. e subsidiária (8)	Colômbia	99,71	99,57	99,71	99,57	
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (9)	México	100,00	100,00	100,00	100,00	
Seiva S.A Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73	100,00	100,00	
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Lais a S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00	
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99	99,99	99,99	
Sipar Aceros S.A. e subsidiária (10)	Argentina	99,96	99,96	99,96	99,96	
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,32	98,32	98,32	98,32	
Cleary Holdings Corp.	Colômbia	100,00	100,00	100,00	100,00	
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00	100,00	
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Trade II Inc.	Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00	100,00	
Gerdau Steel India Ltd.	India	98,38	94,69	98,38	94,69	

- (*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
- (1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc, Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
- (2) Subsidiárias: Gerdau Açominas Overseas Ltd.
- (3) Subsidiária: Gerdau MacSteel Inc..
- (4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
- (5)Subsidiárias: Gerdau Holdings Europa S.A. y CIA., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Gerdau I+D Europa., Forjanor S.L., Gerdau Aceros Especiales Europa.
- (6) Subsidiárias: Aza Participaciones S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda..
- (7) Subsidiárias: LuxFin Participation S.L., Bogey Holding Company Spain S.L., Bogey Servicios Corporativos S.L.,
- (8) Subsidiárias: Ferrer Ind. Corporation, Laminados Andinos S.A. e Cyrgo S.A..
- (9) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A.de C.V., Sidertul S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (10) Subsidiária: Siderco S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado.

	_	Percentual de participação				
Entidades com controle compartilhado	País	Capita	al total (*)	Capita	l votante	
	_	2013	2012	2013	2012	
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00	
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00	
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00	
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00	50,00	50,00	

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.

	Empresas com controle		
	compartilhae		
•	2013	2012	
Ativo			
Circulante	845.205	648.565	
Não-circulante	980.870	497.482	
Total do ativo	1.826.075	1.146.047	
Passivo			
Circulante	866.547	334.073	
Não-circulante	54.367	165.266	
Patrimônio Líquido combinado	905.161	646.708	
Total do passivo e Patrimônio Líquido	1.826.075	1.146.047	
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas com			
controle compartilhado	456.155	330.218	
•			
	2013	2012	
Demonstração do resultado		<u> </u>	
Receita líquida de vendas	2.658.144	2.507.472	
Custo das vendas	(2.541.396)	(2.431.285)	
Lucro bruto	116.748	76.187	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(53.959)	(34.079)	
Outras despesas/receitas operacionais	5.570	(16.019)	
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	68.359	26.089	
Resultado financeiro	(13.563)	(32.803)	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	54.796	(6.714)	
Imposto de renda e contribuição social	4.111	9.297	
Lucro líquido	58.907	2.583	
Participação da Companhia no lucro líquido das empresas com			
controle compartilhado	36.045	5.698	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		2.0,0	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.3 - Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

	_	Percentual de participação			
Empres as associadas	País	Capital total (*)		Capital votante	
		2013	2012	2013	2012
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1)	Rep. Dominicana	79,97	49,00	79,97	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias (2)	México	49,00	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. e subsidiárias (3)	Guatemala	30,00	30,00	30,00	30,00
Maco Holdings Ltda.	Brasil	-	46,58	-	46,58

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. e da Multisteel Business Holdings Corp. (Nota 3.6) apesar de ter mais de 50% do capital total destas associadas, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

Armacero Industrial e Comercial S.A. é uma empresa associada e nenhum dos detentores de participação controla a empresa. A participação remanescente nesta empresa é detida por outro sócio e não existe acordo de acionistas para controle compartilhado.

As informações financeiras das empresas associadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas associadas		
	2013	2012	
Ativo		·	
Circulante	1.272.597	1.215.008	
Não-circulante	1.172.430	1.227.638	
Total do ativo	2.445.027	2.442.646	
Passivo			
Circulante	685.368	387.452	
Não-circulante	453.142	667.701	
Patrimônio Líquido ajustado	1.306.517	1.387.493	
Total do passivo e Patrimônio Líquido	2.445.027	2.442.646	
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas			
associadas	668.196	667.727	

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp. , NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).

⁽²⁾ Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V.

⁽³⁾ Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	2013	2012
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.406.917	1.478.722
Custo das vendas	(1.252.470)	(1.318.766)
Lucro bruto	154.447	159.956
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(82.443)	(82.384)
Outras despesas/receitas operacionais	5.210	16.065
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	77.214	93.637
Resultado financeiro	(10.126)	(21.512)
Lucro antes dos impostos	67.088	72.125
Imposto de renda e contribuição social	(15.880)	(30.971)
Lucro líquido	51.208	41.154
Participação da Companhia no lucro líquido das empresas		
associadas	17.956	2.655

3.4 – Aquisição de controle de empresa

a) Em 31 de janeiro de 2013, a Companhia adquiriu certos ativos operacionais e assumiu certos passivos da empresa Cycle Systems Inc. (Cycle Systems) por US\$ 13.610 mil (equivalente a R\$ 27.061 na data de aquisição). A Cycle Systems é uma empresa localizada na cidade de Roanoke, estado da Virginia, nos Estados Unidos e opera 9 centros de processamento de sucata naquele Estado, incluindo uma máquina "Shredder" de processamento de sucata e diversos pátios de sucata, resultando em um processamento anual de 185 mil toneladas de sucata.

A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Cycle Systems e a tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos da Cycle Systems na data da aquisição do controle da empresa:

	Valor dos livros	Ajustes da Aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos circulantes	13.919	-	13.919
Ágio	-	829	829
Imobilizado	17.276	-	17.276
Passivos circulantes	(4.963)	<u> </u>	(4.963)
Ativos (passivos) líquidos	26.232	829	27.061

Os montantes reconhecidos como receitas e contas a receber de clientes, atribuíveis a Cycle Systems., incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data da aquisição não são relevantes. A Cycle Systems, desde a data de sua aquisição pela Companhia até 31/12/2013 não gerou montantes de receitas e lucro líquido significativos. Adicionalmente, as receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Cycle Systems para o exercício findo em 31/12/2013, caso o controle tivesse sido obtido no início do período, também não seriam significativos.

b) Em 2 de setembro de 2013, a Companhia adquiriu 100% da empresa Cyrgo S.A.(Cyrgo) por COP\$ 23.789 milhões (equivalente a R\$ 29.261 na data de aquisição). A Cyrgo é uma empresa distribuidora de produtos de aço e construção civil localizada na cidade de Bogota, Colômbia.

A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Cyrgo e a tabela a seguir resume o valor justo dos ativos e passivos da Cyrgo na data da aquisição do controle da empresa:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Valor dos livros	Ajustes da Aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos circulantes	42.490	-	42.490
Imobilizado	1.891	-	1.891
Ágio	-	26.465	26.465
Passivos circulantes	(41.585)		(41.585)
Ativos (passivos) líquidos	2.796	26.465	29.261

Os montantes reconhecidos como receitas e contas a receber de clientes, atribuíveis a Cyrgo., incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data da aquisição não são relevantes. A Cyrgo, desde a data de sua aquisição pela Companhia até 31/12/2013 não gerou montantes de receitas e lucro líquido significativos. Adicionalmente, as receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Cyrgo para o exercício findo em 31/12/2013, caso o controle tivesse sido obtido no início do exercício, também não seriam significativos.

3.5 – Aquisições de participações adicionais em empresas controladas

a) Gerdau Steel India Ltd.

A Companhia adquiriu uma participação adicional de 4,14% no capital da controlada Gerdau Steel India Ltd. (anteriormente denominada Kalyani Gerdau Steel Ltd.). O valor pago pela operação foi de R\$ 18.151 e como resultado da operação em conformidade com a norma IFRS 10 (CPC 36), a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de "Efeitos de alterações de participação em controladas", o montante de R\$ 8.090, o qual é referente a diferença entre o valor da transação e o valor da participação dos acionistas não-controladores nos ativos líquidos adquiridos.

b) Gerdau Hungria Holdings LLC

A Companhia adquiriu, de Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda., uma participação adicional de 1% no capital da controlada Gerdau Hungria Holdings LLC., passando a deter 100% desta controlada. O valor pago na operação foi de R\$ 14.939 e como resultado da operação em conformidade com a norma IFRS 10 (CPC 36), a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de "Efeitos de alterações de participação em controladas", o montante de R\$ (385), o qual é referente a diferença entre o valor da transação e o valor da participação dos acionistas não-controladores nos ativos líquidos adquiridos.

3.6 – Aquisição de participação adicional em empresa associada

a) Multisteel Business Holdings Corp.

A Companhia adquiriu uma participação adicional de 30,97% no capital da associada Multisteel Business Holdings Corp., passando a deter 79,97% da empresa. O controle não é configurado devido a acordo de acionistas que estabelece direito de veto aos demais acionistas em temas importantes da administração. O valor pago na operação foi de US\$ 22.131 mil (R\$ 51.383 na data da aquisição). O valor justo dos ativos se aproxima do valor de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.7 - Valores pagos na aquisição de empresas

Empresas / participações adquiridas	2013
Aquisição de controle	
Cycle Systems Inc.	26.361
Cyrgo S/A	29.261
	55.622
Aquisição de participação adicional em empresas controladas	
Gerdau Steel India Ltd.	18.151
Gerdau Hungria Holdings LLLC	14.939
	33.090
Aquisição de participação adicional em empresa associada	
Multisteel Business Holdings Corp.	51.383
	51.383

Não houve valores pagos na aquisição de empresas em 2012.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Cons olidado
	2013	2012	2013	2012
Caixa	=	-	7.385	6.377
Bancos e aplicações de liquidez imediata	134	260	2.092.253	1.431.347
Caixa e equivalentes de caixa	134	260	2.099.638	1.437.724

Aplicações financeiras

	Controladora		Cons olidado	
	2013	2012	2013	2012
Títulos para negociação	7.566	33.509	2.123.168	1.059.605
Aplicações financeiras	7.566	33.509	2.123.168	1.059.605

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consolidado
	2013	2012
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.378.989	1.227.610
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	318.453	300.669
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	2.480.985	2.252.488
(-) Provisão para risco de crédito	(99.621)	(85.386)
	4.078.806	3.695.381

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Consolidado
	2013	2012
Valores a vencer:	3.104.238	2.778.337
Vencidos:		
Até 30 dias	730.309	685.079
Entre 31 e 60 dias	126.886	133.444
Entre 61 e 90 dias	39.739	46.057
Entre 91 e 180 dias	81.829	57.767
Entre 181 e 360 dias	43.085	41.083
Acima de 360 dias	52.341	39.000
(-) Provisão para risco de crédito	(99.621)	(85.386)
	4.078.806	3.695.381

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Cons olidado
Saldo em 01/01/2012	(62.236)
Créditos provisionados no exercício	(50.763)
Créditos recuperados no exercício	789
Créditos baixados definitivamente da posição	26.934
Variação cambial	(110)
Saldo em 31/12/2012	(85.386)
Créditos provisionados no exercício	(53.316)
Créditos recuperados no exercício	5.971
Créditos baixados definitivamente da posição	32.982
Variação cambial	128
Saldo em 31/12/2013	(99.621)

NOTA 6 – ESTOQUES

		Consolidado
	2013	2012
Produtos prontos	3.493.293	3.555.116
Produtos em elaboração	1.784.136	1.961.380
Matérias-primas	1.951.425	2.188.582
Materiais de almoxarifado	842.646	943.265
Adiantamento a fornecedores	176.412	159.594
Importações em andamento	325.055	285.474
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(73.276)	(71.869)
	8.499.691	9.021.542

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercado relacionados aos impactos em certas matérias primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01/01/2012	(13.347)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(141.121)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	86.710
Variação cambial	(4.111)
Saldo em 31/12/2012	(71.869)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(56.752)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	61.453
Variação cambial	(6.108)
Saldo em 31/12/2013	(73.276)

Os estoques estão segurados contra incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Durante o exercício findo em 31/12/2013 foram reconhecidos os montantes de R\$ 34.728.460 e R\$ 2.075.459 (R\$ 33.234.102 e R\$ 1.910.237 em 31/12/2012), respectivamente como custo das vendas e de fretes no Consolidado.

Em 31/12/2013, o custo das vendas inclui os valores de R\$ 56.752 (R\$ 141.121 em 31/12/2012) referente à constituição da provisão para ajuste ao valor líquido realizável dos estoques no Consolidado e R\$ 61.453 (R\$ 86.710 em 31/12/2012) referentes à reversão de provisão para ajuste ao valor líquido realizável no Consolidado.

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidad	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	137.897	179.093
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	5	-	266.082	132.445
Programa de Integração Social	1	-	58.793	18.158
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	65.958	49.182
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	157.093	183.094
Outros	<u> </u>		32.358	40.456
	6		718.181	602.428
Não-circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	94.671	116.822
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	3.643	2.262
Programa de Integração Social e outros	<u> </u>	-	5.155	498
		_	103.469	119.582
	6	-	821.650	722.010

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012	
2014	-			41.700	
2015	-	-	34.265	38.941	
2016	-	-	32.422	38.941	
2017	-	-	32.422	-	
2018 em diante	-	-	4.360	-	
		-	103.469	119.582	

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 23.744 em 31/12/2013 (R\$ 28.782 em 31/12/2012) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, operações de caráter cultural e artístico e PRONON – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2023, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 12.625 em 31/12/2013 (R\$ 10.002 em 31/12/2012). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

Em 31/12/2013, a Companhia possuía um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R\$ 1.104.574 de imposto de renda (R\$ 889.025 em 31/12/2012) e R\$ 1.923.919 de base negativa de contribuição social (R\$ 1.699.221 em 31/12/2012), representando um ativo fiscal diferido de R\$ 449.296 (R\$ 375.186 em 31/12/2012). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 263.349 (R\$ 212.007 em

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

31/12/2012), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazos de prescrição.

Em 01/01/2013, a controlada Gerdau Ameristeel se fundiu com a Gerdau Steel North America Inc. (GSNAI) e como resultado reconheceu R\$ 24.871 de imposto de renda diferido relacionado a prejuízos fiscais. Em 31/12/2013, a controlada Gerdau Ameristeel possuía um ativo fiscal diferido de imposto de renda, oriundo de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Canadá de R\$ 220.781 (R\$ 151.920 em 31/12/2012). Estes créditos expiram em várias datas entre 2025 e 2033. A controlada acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros, e historicamente a controlada tem gerado lucros tributários suficientes para a utilização destes ativos, entretanto, os montantes de imposto de renda diferido ativo podem ser ajustados no futuro se as estimativas de lucro realizável forem revisadas.

Em 31/12/2013, a controlada Gerdau Ameristeel possuía R\$ 294.142 (R\$ 142.673 em 31/12/2012) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados. Em 31/12/2013 fazem parte deste montante o valor de R\$ 142.709, o qual é oriundo de prejuízos fiscais relacionados à fusão com a GSNAI e tem origem em transações com moeda estrangeira. O saldo remanescente se refere primariamente à baixa de investimentos de longo prazo da Gerdau Ameristeel e atualmente não tem uma data final para expirar, exceto por montantes de R\$ 80.000 e R\$ 1.912 incluídos no balanço patrimonial em 31/12/2013 que expiram em 2015 e 2016, respectivamente (R\$ 69.786 e R\$ 1.667 em 31/12/2012). A controlada possuía várias perdas fiscais estaduais totalizando R\$ 193.236 (R\$ 144.982 em 31/12/2012), as quais não foram reconhecidas no balanço da controlada, que expiram em várias datas entre 2014 e 2033. A controlada também tinha R\$ 128.129 em 31/12/2013 (R\$ 92.485 em 31/12/2012) de créditos fiscais estaduais que não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais do consolidado. Estes créditos expiram em várias datas entre 2015 e 2018, com exceção de uma parcela de R\$ 7.304 (R\$ 6.372 em 31/12/2012), a qual não tem uma data final para expirar.

Em 31/12/2013, a controlada Gerdau Holdings Europa S.A. possuía R\$ 415.638 (R\$ 321.116 em 31/12/2012) de prejuízos fiscais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados.

No dia 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pago até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 20% e 38,5%. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

		Controladora	Cons olidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
	Total	Total	Total	Total	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	458.337	406.239	1.246.690	1.350.754	
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%	
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(155.835)	(138.121)	(423.875)	(459.256)	
Ajustes dos impostos referente:					
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	269.466	154.713	
- equivalência patrimonial	252.771	236.108	18.360	2.840	
- juros sobre o capital próprio	(26.312)	(25.121)	110.270	35.864	
- incentivos fiscais	-	-	36.369	38.784	
- ganho de capital	-	-	-	(122.121)	
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	-	-	358.835	358.835	
- resultado não operacional	-	-	(69.290)	(18.166)	
- diferenças permanentes (líquidas)	(23.837)	(22.374)	(26.345)	(9.570)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	46.787	50.492	273.790	(18.077)	
Corrente	-	-	(331.688)	(327.087)	
Diferido	46.787	50.492	605.478	309.010	

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora

	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2012
Prejuízos fiscais	50.315	37.022	87.337
Base negativa de contribuição social	21.229	13.468	34.697
Provisão para passivos tributários			
cíveis e trabalhistas	98	4	102
Outras diferenças temporárias	(10.342)	-	(10.342)
Provisão para perdas	2	(2)	-
	61.302	50.492	111.794
Ativo não-circulante Passivo não-circulante	110.070 (48.768) Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no resultado	160.562 (48.768) Saldo em 31/12/2013
Prejuízos fiscais	87.337	34.150	121.487
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários	34.697	12.443	47.140
cíveis e trabalhistas	102	194	296
Outras diferenças temporárias	(10.342)	-	(10.342)
	111.794	46.787	158.581
Ativo não-circulante Passivo não-circulante	160.562 (48.768)		158.581

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Consolidado

	Saldo em 01/01/2012	Reconhecido no resultado	Aquisições de empresas	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2012
Prejuízos fiscais	469.414	33.931	_	342.378	845.723
Base negativa de contribuição social	137.474	15.457	-	-	152.931
Provisão para passivos tributários					-
cíveis e trabalhistas	294.004	60.167	-	3.498	357.669
Benefícios a empregados	282.246	(14.102)	-	131.114	399.258
Outras diferenças temporárias	121.322	(63.081)	-	60.087	118.328
Efeito de variação cambial diferida	-	180.573	-	-	180.573
Provisão para perdas	61.012	(7.906)	-	3.480	56.586
Alocação de ativos a valor justo	(1.614.549)	103.971	(8.485)	(60.027)	(1.579.090)
	(249.077)	309.010	(8.485)	480.530	531.978
Ativo não-circulante Passivo não-circulante	1.658.416 (1.907.493)				2.376.709 (1.844.731)
	Saldo em 31/12/2012	Reconhecido no resultado	Outros	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013
	31/12/2012	no resultado	Outros	nos resultados abrangentes	31/12/2013
Prejuízos fiscais	31/12/2012 845.723	no resultado	-	nos resultados	31/12/2013 1.069.857
Base negativa de contribuição social	31/12/2012	no resultado	Outros - (3.914)	nos resultados abrangentes	31/12/2013
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários	31/12/2012 845.723 152.931	123.973 24.136	-	nos resultados abrangentes 100.161	31/12/2013 1.069.857 173.153
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas	31/12/2012 845.723 152.931 357.669	no resultado 123.973 24.136 85.352	-	nos resultados abrangentes 100.161 - 2.394	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258	123.973 24.136 85.352 (18.063)	-	100.161 - 2.394 (59.475)	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias	31/12/2012 845.723 152.931 357.669	no resultado 123.973 24.136 85.352	-	nos resultados abrangentes 100.161 - 2.394	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias Efeito de variação cambial diferida	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258 118.328	123.973 24.136 85.352 (18.063) (28.479)	-	100.161 - 2.394 (59.475) 41.026	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720 130.875
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258 118.328 180.573	no resultado 123.973 24.136 85.352 (18.063) (28.479) 343.108	-	100.161 - 2.394 (59.475)	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720 130.875 523.681
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias Efeito de variação cambial diferida Provisão para perdas	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258 118.328 180.573 56.586	no resultado 123.973 24.136 85.352 (18.063) (28.479) 343.108 (10.456)	-	100.161 - 2.394 (59.475) 41.026 - (82)	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720 130.875 523.681 46.048
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias Efeito de variação cambial diferida Provisão para perdas	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258 118.328 180.573 56.586 (1.579.090)	no resultado 123.973 24.136 85.352 (18.063) (28.479) 343.108 (10.456) 85.907	(3.914) - - - - - -	nos resultados abrangentes 100.161 - 2.394 (59.475) 41.026 - (82) (184.732)	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720 130.875 523.681 46.048 (1.677.915)
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários cíveis e trabalhistas Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias Efeito de variação cambial diferida Provisão para perdas	31/12/2012 845.723 152.931 357.669 399.258 118.328 180.573 56.586 (1.579.090)	no resultado 123.973 24.136 85.352 (18.063) (28.479) 343.108 (10.456) 85.907	(3.914) - - - - - -	nos resultados abrangentes 100.161 - 2.394 (59.475) 41.026 - (82) (184.732)	31/12/2013 1.069.857 173.153 445.415 321.720 130.875 523.681 46.048 (1.677.915)

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

				Ativo
		Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
2013	-	7.968	-	357.411
2014	17.134	20.227	235.408	320.622
2015	59	26.888	163.678	339.664
2016	14.052	28.124	177.748	258.963
2017	15.416	38.907	337.383	250.747
2018 em diante	111.920	38.448	1.305.869	849.302
	158.581	160.562	2.220.086	2.376.709

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

				Passivo
		Controladora		
	2013	2012	2013	2012
2013		-	-	(210.828)
2014	-	-	(68.500)	(222.679)
2015	-	-	(174.760)	(228.084)
2016	-	-	(163.952)	(195.284)
2017	-	-	(130.191)	(164.475)
2018 em diante		(48.768)	(649.849)	(823.381)
	<u> </u>	(48.768)	(1.187.252)	(1.844.731)

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Gerdau S.A.	Gerdau BG Participações S.A.	Outros (a)	Total
Saldo em 01/01/2012	10.519.657	1.360.311	106.443	11.986.411
Equivalência	579.303	105.065	10.069	694.437
Ajustes de avaliação patrimonial	612.933	8.157	1.508	622.598
Dividendos/juros sobre capital próprio	(166.155)	(108.571)	(1.891)	(276.617)
Efeito de ações em tesouraria em controladas	(22.977)	(340)	(64)	(23.381)
Saldo em 31/12/2012	11.522.761	1.364.622	116.065	13.003.448
Equivalência	645.555	86.991	10.899	743.445
Ajustes de avaliação patrimonial e outros	759.747	(6.364)	4.902	758.285
Redução do capital social(c)	-	(337.773)	_	(337.773)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(193.850)	(48.760)	(8.740)	(251.350)
Efeito de ações em tesouraria em controladas	20.835	307	8	21.150
Saldo em 31/12/2013	12.755.048	1.059.023	123.134	13.937.205
Em 31/12/2012				
Capital social	965	1.571.076		
Total de ativos ajustado	28.068.858	1.365.840		
Total de passivos	11.424	1.013		
Patrimônio líquido ajustado	28.057.434	1.364.827		
Receitas	1.583.238	-		
Participação no capital total (%)	40,71%	99,99%		
Participação no capital votante (%)	76,61%	99,99%		
Ações ordinárias	439.481.675	93.424.042		
Ações preferencias possuídas	252.841.484	93.424.042		
Preço de negociação em bolsa	11.305.860	-		

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 31/12/2013		
Capital social	19.249.181	1.233.303
Total de ativos ajustado	57.605.733	1.062.733
Total de passivos	26.453.025	3.513
Patrimônio líquido ajustado	31.152.708	1.059.220
Receitas	39.863.037	-
Participação no capital total (%)	40,62%	99,98%
Participação no capital votante (%)	76,61%	99,98%
Ações ordinárias	439.481.675	73.324.695
Ações preferencias possuídas	252.841.484	73.324.695
Preço de negociação em bolsa	11.268.891	-

a) Outros investimentos em empresas controladas

Incluem as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., cujas participações societárias são inferiores a 1% do capital total em cada controlada.

b) Composição de ágio por empresa controlada e associada

	2013	2012
Gerdau S.A.	99.522	99.522

c) Redução do capital social

Em 30/12/2013, a controlada Gerdau BG Participações S.A. reduziu o seu capital social no valor de R\$ 337.773, referente à 20.085.683 ações ordinárias e 20.085.683 ações preferenciais. Esta transação não teve efeito no caixa, visto que foi efetuada através da liquidação do mútuo entre as empresas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Consolidado

	E	mpresas com contro	le compartilhado						Emp	resas associadas	
	Joint Ventures América do Norte (a)	Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Dona Francisca Energética S.A.	Armacero Ind. Com. Ltda.	Grupo Multis te e l Bus in e s s Holdings Corp.	Corsa Controladora S.A. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Maco Holdings Ltda.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2012	266.520	49.488	21.745	123.797	19.784	222.057	223.736	322.829	104.045	1.290	1.355.291
Equivalência	28.757	(5.957)	(17.102)	18.335	(548)	(17.501)	5.689	(10.344)	7.024	-	8.353
Ajustes de avaliação patrimonial	25.420	8.476	(17.515)	-	4.090	18.834	37.616	29.226	-	-	106.147
Aumento de capital	-	-	159.592	-		-	-	-	-	-	159.592
Dividendos/juros sobre capital pró prio	(42.486)	-	-	(3.280)	-	-	-	-	(11.292)	-	(57.058)
Reclassificação de ágio por obtenção de controle	-	-	28.389	-	-	-	-	-	-	-	28.389
Obtenção de controle			(175.109)								(175.109)
Saldo em 31/12/2012	278.211	52.007		138.852	23.326	223.390	267.041	341.711	99.777	1.290	1.425.605
Equivalência	46.800	(10.755)	-	17.586	(2.181)	(1.114)	(8.180)	10.582	1.263	-	54.001
Ajustes de avaliação patrimonial	38.804	11.036	-	-	4.975	35.905	37.342	40.786	-	-	168.848
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.663)	-	(26.663)
Aquis ição/a lienação de investimento	-	-	-	-		51383	-	-	(74.377)	-	(22.994)
Alocação de valorjusto de investimento	-	-	-	-		(22.796)	-	-	-	-	(22.796)
Aumento de capital	-	77.103	-	-		-	-	-	-	-	77.103
Dividendos/juros sobre capital pró prio	(37.051)			(23.521)				(2.501)		<u> </u>	(63.073)
Saldo em 31/12/2013	326.764	129.391		132.917	26.120	286.768	296.203	390.578		1.290	1.590.031

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Joint Ventures América do Norte

Composto pelas empresas: Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail.

Composição do ágio

_	2013	2 0 12
Dona Francis ca Energética S.A.	17.071	17.071
Grupo Multis teel Bus ines s Holdings Corp.	30.396	46.195
Cors a Controladora S.A. de C.V.	186.419	163.269
Corporación Centro americana del Acero S.A.	230.504	199.835
	464.390	426.370

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado

	Terrenos, prédios e	Máquinas, equipamentos	Equipamentos eletrônicos	Imobilizações		
Custo do imobilizado bruto	construções	e instalações	de dados	em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2012	6.763.442	21.128.949	568.132	2.177.447	1.035.992	31.673.962
Adições	83.165	213.850	23.795	2.717.522	88.924	3.127.256
Trans ferências	164.030	625.117	120.170	(809.270)	(100.047)	-
Baixas	(51.849)	(132.583)	(17.110)	(65.302)	(52.273)	(319.117)
Obtenção de controle de empresa	91.603	162.638	1.792	101.115	1.530	358.678
Alocação de valor justo	-	-	-	-	14.941	14.941
Variação cambial	355.622	997.330	21.574	172.693	37.114	1.584.333
Saldo em 31/12/2012	7.406.013	22.995.301	718.353	4.294.205	1.026.181	36.440.053
Adições	88.225	113.164	8.091	2.311.817	76.968	2.598.265
Trans ferências	604.179	2.388.071	(62.614)	(3.034.451)	104.815	-
Baixas	(47.292)	(171.342)	(8.203)	(14.181)	(28.435)	(269.453)
Aquisição de empresas	4.613	10.739	137	-	3.678	19.167
Variação cambial	429.292	1.399.969	40.903	180.226	50.334	2.100.724
Saldo em 31/12/2013	8.485.030	26.735.902	696.667	3.737.616	1.233.541	40.888.756

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2012	(2.523.780)	(11.058.011)	(458.556)	-	(337.782)	(14.378.129)
Depreciação, amortização e exaustão	(223.095)	(1.356.762)	(47.556)	-	(44.945)	(1.672.358)
Transferências	(1.798)	(2.986)	(58.275)	-	63.059	-
Baixas	3.295	97.325	17.207	-	48.432	166.259
Variação cambial	(109.902)	(711.216)	(16.057)	-	(27.787)	(864.962)
Saldo em 31/12/2012	(2.855.280)	(13.031.650)	(563.237)	-	(299.023)	(16.749.190)
Depreciação, amortização e exaustão	(275.115)	(1.510.291)	(42.003)	-	(54.134)	(1.881.543)
Trans ferências	(3.545)	4.553	34.449	-	(35.457)	-
Baixas	19.353	113.004	6.727	-	37.854	176.938
Variação cambial	(157.114)	(776.200)	(46.924)	-	(34.980)	(1.015.218)
Saldo em 31/12/2013	(3.271.701)	(15.200.584)	(610.988)	=	(385.740)	(19.469.013)
Imobilizado Líquido						
Saldo em 31/12/2012	4.550.733	9.963.651	155.116	4.294.205	727.158	19.690.863
Saldo em 31/12/2013	5.213.329	11.535.318	85.679	3.737.616	847.801	21.419.743

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil
	dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos

- b) Valores segurados os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.
- c) Capitalização de juros e encargos financeiros durante o exercício de 2013, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 114.029 (R\$ 94.532 em 31/12/2012) no consolidado.
- **d)** Valores oferecidos em garantia foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 615.997 em 31/12/2013 (R\$ 525.220 em 31/12/2012) no consolidado.
- e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado Em 31/12/2013, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 39.865 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R\$ 35.270 em 31/12/2012) e R\$ 14.128 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 12.979 em 31/12/2012).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – ÁGIOS

			Consolidado
	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2012	9.462.281	(214.479)	9.247.802
(+/-) Variação cambial	855.606	(17.371)	838.235
(+) Reclassificação de ágio por obtenção de controle	28.389	-	28.389
(+) Adição	10.983		10.983
Saldo em 31/12/2012	10.357.259	(231.850)	10.125.409
(+/-) Variação cambial	1.324.790	(32.435)	1.292.355
(+) Adição (Nota 3.4)	27.294		27.294
Saldo em 31/12/2013	11.709.343	(264.285)	11.445.058

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

		Consolidado
	2013	2012
Brasil	625.199	605.723
Aços Especiais	2.580.989	2.239.565
América Latina	781.208	770.843
América do Norte	7.457.662	6.509.278
	11.445.058	10.125.409

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de software com aplicação na gestão do negócio:

					Consolidado
	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de software	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2012	103.925	212.821	930.143	26.819	1.273.708
Variação cambial		-	85.845	4.077	89.922
Aquisição	-	152.552	-	4.253	156.805
Baixas	-	-	-	(797)	(797)
Amortização	(13.331)	<u>-</u>	(140.567)	(1.324)	(155.222)
Saldo em 31/12/2012	90.594	365.373	875.421	33.028	1.364.416
Variação cambial	-	-	141.310	2.149	143.459
Aquisição	-	140.469	-	17.926	158.395
Baixas	-	-	-	(20.374)	(20.374)
Amortização	(11.687)	<u>-</u>	(131.236)	(5.054)	(147.977)
Saldo em 31/12/2013	78.907	505.842	885.495	27.675	1.497.919
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2013	2012
Brasil	424.466	334.850
Aços Especiais	244.266	252.310
América do Norte	829.187	777.256
	1.497.919	1.364.416

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	_		Controladora
	Encargos anuais	2013	2012
Financiamento de investimento (BRL)	10,16%	1.310.572	
Parcela de curto prazo (circulante)		71.673	-
Parcela de longo prazo (não-circulante)		1.238.899	-
Valor do principal dos financiamentos		1.288.899	-
Valor dos juros sobre o principal		21.673	-

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

		Controladora	
	2013	2012	
2015	75.000	-	
2016	100.000	-	
2017	125.000	-	
2018	150.000		
2019 em diante	788.899		
	1.238.899		

Em 05/06/2013 a Companhia captou um financiamento junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 1,3 bilhão, a uma taxa de 104% do CDI. Os recursos captados foram utilizados para refinanciar dívidas existentes. Em garantia ao financiamento foi oferecida a alienação fiduciária de ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A, de titularidade da Companhia, equivalente a 120% do valor da operação.

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

			Consolidado
	Encargos —		
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	anuais (*)	2013	2012
Capital de giro	8,10%	421.564	393.579
Financiamento de investimento e outros	10,18%	114.105	-
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (USD)	2,06%	514.417	943.790
Capital de giro (EUR)	2,55%	76.577	64.190
Capital de giro (CLP)	3,85%	10.164	2.096
Capital de giro (COP)	6,87%	91.435	172.105
Capital de giro (ARS)	15,10%	7.799	38.102
Capital de giro (MXN)	5,66%	26.743	154.289
Financiamento de imobilizado e outros (USD)	3,56%	4.920	6.764
Financiamento de imobilizado e outros (INR)	10,63%	125.209	5.133
Financiamento de imobilizado e outros (MXN)	5,66%	46.154	26.125
	_	1.439.087	1.806.173
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		443.369	518.201
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		1.882.456	2.324.374
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	4,79%	111.592	263.774
Financiamento de imobilizado	7,80%	1.800.819	1.615.955
Financiamento de investimento		1.866.250	1.013.933
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira	10,19%	1.000.230	
Capital de giro (USD)	1 050/	334.290	1.318.628
Capital de giro (EUR)	1,85%	40.331	56.154
Capital de giro (MXN)	2,55%	-10.551	27.956
Capital de giro (COP)	5,66%	286.545	248.924
Capital de giro (ARS)	6,84%	14.271	618
Capital de giro (INR)	15,10%	10.924	010
Ten Years Bonds (USD)	10,63%	10.844.032	8.274.411
Financiamento de investimento (USD)	6,44%	160.216	188.178
Financiamento de investmento (CSD) Financiamento de imobilizado e outros (INR)	4,75%	98.897	143.276
Financiamento de imobilizado e outros (USD)	10,63%	561.947	106.195
Financiamento de imobilizado e outros (MXN)	4,18%	33.652	100.175
Pinanciamento de imbonizado e outros (MAIV)	5,66%	16.163.766	12.244.069
Menos: parcela circulante		(443.369)	(518.201)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante	_		
Total financiamentos	_	15.720.397 17.602.853	11.725.868 14.050.242
Valor do principal dos financiamentos	=	17.190.419	13.741.887
Valor dos juros dos financiamentos		412.434	308.355
Total dos financiamentos	_	17.602.853	14.050.242

^(*) Custo médio ponderado nominal de juros em 31/12/2013.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	Consolida	
	2013	2012
Real (BRL)	4.314.330	2.273.308
Dólar Norte-Americano (USD)	12.419.822	10.837.966
Euro (EUR)	116.908	120.344
Peso Colombiano (COP)	377.980	421.029
Peso Argentino (ARS)	22.070	38.720
Peso Chileno (CLP)	10.164	2.096
Peso Mexicano (MXN)	106.549	208.370
Rúpias Indianas (INR)	235.030	148.409
	17.602.853	14.050.242

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

_	Cons olidad	
	2013	2012
2014	-	1.054.654
2015	1.033.861	1.113.093
2016	692.501	326.199
2017	4.182.773	3.330.154
2018	652.723	202.914
2019 em diante	9.158.539	5.698.854
	15.720.397	11.725.868

a) Principais captações em 2013

Em Abril de 2013 a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Trade Inc, concluiu a emissão de um Bond de 10 anos, no montante de US\$ 0,75 bilhão (R\$ 1,76 bilhão), com cupom de 4,75% ao ano.

Ao longo de 2013 a subsidiária Gerdau Açominas S.A. captou US\$ 30,8 milhões (R\$ 72,2 milhões) junto aos bancos Deutsche Bank AG, London Branch; HSBC Limited, Tokyo Branch; Citibank Europe plc e BNP Paribas. Esta operação tem como origem um financiamento de investimento iniciado em Junho de 2011 e conta com seguro de crédito pela ECGD (*Export Credits Guarantee Department*), agência de incentivo à exportação do Reino Unido.

Em Setembro de 2013 a subsidiária Gerdau Açominas captou um financiamento junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 660 milhões, a uma taxa de 105% do CDI.

Em Setembro e em Dezembro de 2013 a subsidiária Gerdau Steel India concluiu operação financeira no valor de US\$ 40 milhões (R\$ 93,7 milhões), denominados em Rupias, e US\$ 25 milhões (R\$ 58,6 milhões) junto ao Banco de Tokyo e HSBC, respectivamente. O prazo de vencimento é de cinco anos.

Em Dezembro de 2013 a Companhia captou R\$ 91,8 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento em três anos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros requeridos nos contratos de dívida.

Durante o 2° trimestre/13, a Companhia concluiu a implementação do seu novo padrão de *covenants* financeiros, no qual o caixa e aplicações financeiras, assim como as receitas financeiras, são considerados no cálculo dos indicadores. Alinhados a esta estratégia, os contratos de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias, que contém *covenants* financeiros, seguem o novo padrão:

- I) Net Interest Coverage Ratio (nível de cobertura das despesas financeiras líquidas) mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA, conforme definidos nos contratos financeiros(lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira líquida do mesmo período na Gerdau S.A. Em 31/12/2013, este índice era de 6,3 vezes;
- II) Net Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida líquida) mede o nível do endividamento líquido (considera o principal da dívida, reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) em relação ao EBITDA, conforme definido nos contratos financeiros. O índice contratual indica que o nível de endividamento líquido não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2013, este índice era de 2,5 vezes na Gerdau S.A.;
- III) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2013 este índice era de 2,50 vezes na Gerdau S.A.

Baseado em suas projeções internas, a Companhia não espera descumprir seus *covenants* financeiros dentro dos próximos doze meses. Entretanto, estas projeções podem ser afetadas positiva ou negativamente conforme o desempenho da economia global e do mercado siderúrgico.

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 56,8 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

d) Linhas de crédito e contas garantidas

Em Junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. O saldo devedor dessa operação era de R\$ 651,9 milhões em 31/12/2013.

Em Dezembro de 2013, a Companhia concluiu a renovação da operação Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement, uma linha de crédito revolver de US\$ 1,5 bilhão que objetiva prover liquidez às subsidiárias da Companhia. A linha é dividida em duas tranches, sendo US\$ 500 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US\$ 1 bilhão às subsidiárias da América Latina e Espanha. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A prestam garantia e o prazo total da operação é de 3 anos. Em 31/12/2013, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 284,8 milhões (R\$ 667,2 milhões em 31/12/2013) e está classificado como capital de giro (US\$).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 14 – DEBÊNTURES

							Consolidado
	Assembléia	Quantidade e	m 31/12/2013				
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	Encargos anuais	2013	2012
Metalúrgica Gerdau S.A.							
4^{a}	09/06/2008	131.280	-	09/06/2013	0,75% + TJLP	-	1.302.802
4^{a}	09/06/2008	131.280	-	10/06/2013	0,75% + TJLP	-	3.076
<u>Gerdau S.A.</u>							
3 ^a - A e B	27/05/1982	144.000	122.924	01/06/2021	CDI	87.834	90.540
7ª	14/07/1982	68.400	49.250	01/07/2022	CDI	101.859	117.936
8 ^a	11/11/1982	179.964	142.290	02/05/2023	CDI	130.921	257.979
9ª	10/06/1983	125.640	78.281	01/09/2014	CDI	19.223	21.065
11 ^a - A e B	29/06/1990	150.000	136.852	01/06/2020	CDI	66.297	118.459
Total Consolidado						406.134	1.911.857
Parcela do Circulante						19.223	1.563.858
Parcela do Não-circulante						386.911	347.999

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

		Cons olidado
	2013	2012
2014	-	21.064
2020 em diante	386.911	326.935
	386.911	347.999

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 8,06% e 8,40%, para o exercício findo em 31/12/2013 e 31/12/2012, respectivamente.

Em 10/06/2013, a Companhia efetuou a liquidação da 4ª emissão de debêntures de sua própria emissão através de um financiamento obtido junto ao Banco do Brasil, conforme mencionado na nota 13. As debêntures eram permutáveis por ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. e foram emitidas como pagamento ao BNDES Participações S.A. – BNDESPAR pela entrega da totalidade de sua participação no capital social da Aços Villares S.A..

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, *Ten Years Bonds*, Financiamentos outros, Salários a pagar, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Outros ativos circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

			(Controladora				Cons olidado
		2013		2012		2013		2012
	Valor	Valor de	Valor	Valor de	Valor	Valor de	Valor	Valor de
	contábil	mercado	contábil	mercado	contábil	mercado	contábil	mercado
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	134	134	260	260	2.099.638	2.099.638	1.437.724	1.437.724
Aplicações financeiras	7.566	7.566	33.509	33.509	2.123.168	2.123.168	1.059.605	1.059.605
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	4.078.806	4.078.806	3.695.381	3.695.381
Partes relacionadas	-	-	13	13	87.149	87.149	132.478	132.478
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	319	319	-	-
Outros ativos circulantes	1.621	1.621	2.337	2.337	293.583	293.583	262.223	262.223
Outros ativos não-circulantes	56	56	56	56	220.142	220.142	231.185	231.185
Passivos								
Fornecedores	27	27	131	131	3.271.449	3.271.449	3.059.814	3.059.814
Ten Years Bonds	-	-	-	-	10.844.032	11.569.859	8.274.411	9.390.609
Financiamentos outros	1.310.572	1.310.572	-	-	6.758.821	6.758.821	5.775.831	5.775.831
Salários a pagar	-	-	-	-	655.962	655.962	558.634	558.634
Debêntures	-	-	1.305.878	1.305.878	406.134	406.134	1.911.857	1.911.857
Partes relacionadas	709.547	709.547	984.756	984.756	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	3.283	3.283	8.199	8.199
Obrigações por compra de ações	981.205	981.205	912.485	912.485	981.205	981.205	1.520.245	1.520.245
Outros passivos circulantes	2.242	2.242	2.042	2.042	637.001	637.001	360.716	360.716
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	419.518	419.518	271.819	271.819

O valor de mercado dos títulos Ten Years Bonds é baseado em cotações no mercado secundário destes títulos.

Os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI – Key Perfomance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 21). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manterse dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC entre 10%-13% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total menor ou igual a 60%

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

					Controladora
	<u></u>				2013
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	27	27	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.310.572	71.673	175.000	275.000	788.899
Partes relacionadas	709.547	-	-	-	709.547
	2.020.146	71.700	175.000	275.000	1.498.446
					Controladora 2012
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Obrigações contratuais Fornecedores		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	2012
					2012
Fornecedores	131	131	-	-	2012
Fornecedores Debêntures	131 1.305.878	131 1.305.878	-	- - -	Mais de 5 anos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

					Consolidado
					2013
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.252.118	3.252.118	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	17.602.853	1.882.456	1.726.362	4.835.496	9.158.539
Salários a pagar	102.790	102.790	-	-	-
Debêntures	406.134	19.223	-	-	386.911
Obrigações por compra de ações	981.205	981.205	-	-	-
	22.345.100	6.237.792	1.726.362	4.835.496	9.545.450
					Consolidado
					Consolidado 2012
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Obrigações contratuais Fomecedores	Total 3.059.814	Menos de 1 ano 3.059.814	1-3 anos	4-5 anos	2012
			1-3 anos - 2.167.747	4-5 anos - 3.656.353	2012
Fornecedores	3.059.814	3.059.814	-	-	Mais de 5 anos
Fomecedores Empréstimos e financiamentos	3.059.814 14.050.242	3.059.814 2.324.374	-	3.656.353	Mais de 5 anos
Fomecedores Empréstimos e financiamentos Salários a pagar	3.059.814 14.050.242 558.634	3.059.814 2.324.374 558.634	2.167.747	3.656.353	2012 Mais de 5 anos - 5.901.768

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	Variação	2013	2012
Variações na moeda estrangeira	5%	166.257	154.775
Variações nas taxas de juros	10bps	66.072	67.385
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	398.630	379.817
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	247.791	238.881
Swaps de taxas de juros	10bps	8.986	752
Contratos futuros de Dólar	5%	2.319	2.023

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): em 31/12/2013 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 166.257 e R\$ 73.726 após os efeitos decorrentes das alterações de *hedge* de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R\$ 154.775 e R\$ 85.590 em 31/12/2012, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor, mas que em função do *investment hedge* seria minimizada quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2013, R\$ 66.072 (R\$ 67.385 em 31/12/2012) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2013, totaliza R\$ 398.630 (R\$ 379.817 em 31/12/2012) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 247.791 em 31/12/2013 (R\$ 238.881 em 31/12/2012). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 bps na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Um aumento de 10 bps na taxa de juros representa uma receita de R\$ 8.986 (R\$ 752 em 31/12/2012) e uma redução de 10 bps, na taxa de juros representa uma despesa de R\$ 8.986 (R\$ 752 em 31/12/2012). Em 31/12/2013, estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 8.986 (R\$ 752 na Demonstração dos Resultados Abrangentes, em 31/12/2012). Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Colombiano e frente ao Real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Peso Colombiano e ao Real representa uma receita de R\$ 2.319 (R\$ 2.023 em 31/12/2012), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Colombiano e ao Real representa uma despesa de R\$ 2.319 (R\$ 2.023 em 31/12/2012). Os contratos futuros de Dólar/Peso Colombiano e Dólar/Real tiveram como objetivo a cobertura da posição passiva (dívida) e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 13.e.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de Dólar	Variação na taxa de câmbio	2.319	9.825	16.556
Contratos <i>swap</i> Swap de taxa de juros	Variação na <i>Libor</i>	8.986	33.957	56.630
Cenário		_	25%	50%

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

			Controladora			Consolidado
		Ativos a valor de mercado com ganhos			Ativos a valor de mercado com ganhos	
		e perdas			e perdas	
2013	Empréstimos e	reconhecidos no		Empréstimos e	reconhecidos no	
Ativos	recebíveis	resultado	Total	recebíveis	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	134	-	134	2.099.638	-	2.099.638
Aplicações financeiras	-	7.566	7.566	-	2.123.168	2.123.168
Contas a receber de clientes	-	-	-	4.078.806	-	4.078.806
Partes relacionadas	-	-	-	87.149	-	87.149
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	319	319
Outros ativos circulantes	1.621	-	1.621	293.583	-	293.583
Outros ativos não-circulantes	56	-	56	220.142	-	220.142
Total	1.811	7.566	9.377	6.779.318	2.123.487	8.902.805
Resultado financeiro exercício findo em 2013	571	3.229	3.800	423.230	151.195	574.425

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Passivos	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	ı	Passivos a valor o mercado com ganho e perde reconhecidos r otal resultar	mercado com ganhos as e perdas no reconhecidos no	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Consolidado Total
Fornecedores	amortizado 27		27	- rau mionio raquiuo	3.271.449	3.271.449
Ten Years Bonds	-		-		10.844.032	10.844.032
Financiamentos outros	1.310.572	1.310.	572		6.758.821	6.758.821
Salários a pagar	-		-		655.962	655.962
Debêntures	-		-		406.134	406.134
Partes relacionadas	709.547	709.	547		-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-		-	- 3.283	-	3.283
Obrigações por compra de ações	981.205	981.	205		981.205	981.205
Outros passivos circulantes	2.242	2.	242		637.001	637.001
Outros passivos não-circulantes	_		<u>-</u>	<u>-</u>	419.518	419.518
Total	3.003.593			- 3.283	23.974.122	23.977.405
Resultado financeiro exercício findo em 2013	(250.428)	(250.4	(12.16	-	(2.033.082)	(2.045.246)
			Controladora			Consolidado
	m	Ativos a valor de ercado com ganhos e perdas			Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas	
2012	Empréstimos e	reconhecidos no		Empréstimos e	reconhecidos no	
Ativos	recebíveis	resultado	Total		reconnectuos no resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	260	resultado	260	1.437.724	resultado	1.437.724
*	260	22.500		1.457.724	1.050.005	
Aplicações financeiras	=	33.509	33.509	2 (05 201	1.059.605	1.059.605
Contas a receber de clientes Partes relacionadas	13	-	13	3.695.381 132.478	-	3.695.381 132.478
		-			-	
Outros ativos circulantes	2.337	-	2.337	262.223	-	262.223
Outros ativos não-circulantes Total	56	22.500	56	231.185	1,050,505	231.185
	2.666	33.509	36.175	5.758.991	1.059.605	6.818.596
Resultado financeiro exercício findo em 2012	360	1.338	1.698	296.001	156.221	452.222
-		Controladora				Consolidado
	Outros passivos		Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas	Outros passivos	
	financeiros ao custo		reconhecidos no	reconhecidos no	financeiros ao custo	
Passivos	amortizado	Total	resultado	Patrimônio Líquido	amortizado	Total
Fornecedores	131	131	=	=	3.059.814	3.059.814
Ten Years Bonds	-	-	-	-	8.274.411	8.274.411
Financiamentos outros	=	-	-	-	5.775.831	5.775.831
Salários a pagar	-	-	-	-	558.634	558.634
Debêntures	1.305.878	1.305.878	-	-	1.911.857	1.911.857
Partes relacionadas	984.756	984.756	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		-	7.154	1.045	-	8.199
Obrigações por compra de ações	912.485	912.485	-	-	1.520.245	1.520.245
Outros passivos circulantes	2.042	2.042	-	-	360.716	360.716
Outros passivos não-circulantes				<u>=</u>	271.819	271.819
Total	3.205.292	3.205.292	7.154	1.045	21.733.327	21.741.526
Resultado financeiro exercício findo em 2012	(258.601)	(258.601)	(19.130)	-	(1.402.793)	(1.421.923)

Em 31/12/2013, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos futuros de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de Dólar, como em outras moedas), *swaps* de moeda e contratos futuros de moeda.

Contratos futuros de Dólar

A Companhia contratou operações de NDFs (Non Deliverable Forward) com objetivo de mitigar o risco de variação cambial de passivos denominados em moeda estrangeira, principalmente Dólar americano. As contra partes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operação de *Swap* de taxa de juros, qualificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através da qual recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em Dólar. O objetivo desta operação é gerenciar o risco de variação da taxa de juros (*Libor*), sobre financiamento tomado em Dólar a taxas flutuantes.

Além disso, a Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hegde* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

							(Consolidado
				Valor de referência	Valo	or a receber	Va	lor a pagar
Contratos de Proteção Patrimonial		Posição	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Contratos futuros de Dólar								
Vencimento em 2014			US\$ 20,9 milhões	US\$ 20,0 milhões	319	-	-	(1.535)
* Contratos swap de taxa de juros								
Vencimento em 2014	ponta ativa	Libor 6M + 0,90%	US\$ 14,3 milhões	US\$ 25.0 milhões	_	_	(274)	(1.646)
venemento em 2014	ponta passiva	5,50%	ОБФ 14,5 нипоса	05\$ 25,0 Hillinoes			(214)	(1.040)
Vencimento em 2015	ponta ativa	Libor 6M + 2,30%	_	US\$ 350.0 milhões	_	_	_	(5.018)
vonemzino om 2015	ponta passiva	3,28%		050 550,0 11111005				(5.010)
* Contratos cross currency swap								
Vencimento em 2017 e 2018	ponta ativa	Libor 6M +2%	US\$ 25,0 milhões	Ξ	_	_	(3.009)	_
VOICEMENTS SIN 2017 C 2010	ponta passiva	10,17%	US\$ 40,0 milhões	=			(5.00)	
Total valor justo instrumentos financeiros					319		(3.283)	(8.199)

^{*}Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os efeitos dos instrumentos financeiros foram assim classificados:

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2013	2012
Ativo circulante	319	-
	319	_
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	(274)	(1.535)
Passivo não-circulante	(3.009)	(6.664)
	(3.283)	(8.199)
Demonstração do Resultado	2013	2012
Ganho com instrumentos financeiros	14.990	
Perda com instrumentos financeiros	(12.136)	(18.547)
	2.854	(18.547)
Demonstração do Resultado Abrangente		
Ganho com instrumentos financeiros	5.363	-
Perda com instrumentos financeiros	-	(1.588)
	5.363	(1.588)

f) Obrigações por compra de ações

O Grupo Santander possuía uma opção de vender a sua participação na Sidenor (atualmente Gerdau Holdings Europa S.A.) para a Companhia após 5 anos da compra. Em 23/12/2010, o Grupo Santander e a Companhia, renovaram a opção de venda da participação detida na subsidiária da Espanha pelo Grupo Santander e o vencimento da opção passou a ser 10/01/2014. Em outubro de 2012, o Santander solicitou a liquidação antecipada para janeiro de 2013. Como resultado da liquidação em 09/01/2013 por R\$ 599.195, a Companhia adquiriu os 40% de participação na Sidenor, passando a deter 100% desta controlada. O valor da opção em 31/12/2012 era de R\$ 607.760.

A Companhia celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), concedendo uma opção de venda para 34.209.522 ações ordinárias da Gerdau S.A., de propriedade do BNDESPAR, a qual foi renovada em 27/12/2011, passando a ser corrigida em 110% do CDI, deduzido os pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio, pagos durante o período, igualmente corrigidos. Adicionalmente será paga remuneração correspondente a 30% da valorização das ações GGBR3 durante o período desta opção que vence em 21/01/2015. Em 31/12/2013 o valor reconhecido como obrigação potencial totaliza R\$ 981.205 (R\$ 912.485 em 31/12/2012).

g) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

Baseado na Interpretação nº 16 do IFRIC (ICPC 6), emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS nº 39 (CPC 38), a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten Years Bonds*, detidos pela controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 1,5 bilhão e pela controlada Gerdau Trade Inc., no valor de US\$ 1,2 bilhão. Como conseqüência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que o efeito fiscal (imposto de renda e contribuição social) é reconhecido no resultado.

A partir de 01/04/2012, com o objetivo de eliminar o efeito fiscal gerado pela variação cambial dessas dívidas, a Companhia optou por redesignar o valor do *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten Years Bonds*. Desta forma, a variação cambial gerada a partir desta data, sobre o montante de US\$ 1,9 bilhão continuará sendo reconhecida no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,8 bilhão passa a ser reconhecida no resultado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 08/04/2013, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Trade Inc, concluiu a emissão de um Bond de 10 anos, no montante de US\$ 0,75 bilhão. A Companhia designou o montante de US\$ 0,5 bilhão desta emissão como Hedge de Investimento Líquido e como conseqüência, o efeito da variação cambial desta parcela da dívida será reconhecida no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,25 bilhão passa a ser reconhecida no resultado.

Adicionalmente, a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Açominas S.A., no valor de US\$ 0,2 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior.

Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do hedge a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 348.926 na Controladora em 31/12/2013 (perda de R\$ 151.201 em 31/12/2012) e como uma perda não realizada, liquida de impostos, no montante de R\$ 848.238 em 31/12/2013, no Consolidado (perda de R\$ 369.737 em 31/12/2012).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

h) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2013, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2013, são os seguintes:

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

						Mensuração	ao valor justo
		Saldo Contábil		eços cotados em mercados tivos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
	2013	201		2013	2012	2013	2012
Ativo circulante Aplicações financeiras							
Títulos para negociação	7.566	33.50	9	13	23.624	7.553	9.885
	7.566	33.50		13	23.624	7.553	9.885
_	7.566	33.50	9	13	23.624	7.553	9.885
						Mensuração :	Consolidado ao valor justo
	_						s cotados em
				Preços cotado ativos para			ío ativos para vos similares
		Sa	ldo Contábil		(Níve		(Nível 2)
	_	2013	2012	2013	2(012 2013	2012
Ativo circulante Aplicações financeiras							
Títulos para negociação Contratos de <i>swaps</i> e outros		2.123.168 319	1.059.605	1.866.890	985.	714 256.278 - 319	73.891
•	_	2.123.487	1.059.605	1.866.890	985.		73.891
Passivo circulante		274	1.535			- 274	1.535
Contratos de swaps e outros		274	1.555	-		- 2/4	1.555
Passivo não-circulante Contratos de <i>swaps</i> e outros		3.009	6.664	-		- 3.009	6.664
	_	3.283	8.199	-		- 3.283	8.199

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA

CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

		Controladora	Cons olidado		
	2013	2012	2013	2012	
Encargos sociais sobre folha de pagamento	286	29	201.982	183.567	
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	100.747	94.393	
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	4	26.578	5.471	
Imposto sobre valor agregado e outros	1.336	1.250	147.422	159.856	
	1.622	1.283	476.729	443.287	

NOTA 17 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

		Controladora		Consolida	
		2013	2012	2013	2012
a) Provisões tributárias					<u> </u>
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(a.1)	-	-	24.924	29.249
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido	(a.2)	-	-	31.827	60.989
Encargo de Capacidade Emergencial e Recomposição Tarifária Extraordinária	(a.3)	-	-	51.333	58.723
Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(a.4)	-	-	911.434	677.070
Outras provisões tributárias e contribuições previdenciárias	(a.5)	309	301	38.488	36.866
		309	301	1.058.006	862.897
b) Provisões trabalhistas	(b)	-	-	216.444	201.010
c) Provisões cíveis	(c)	561		23.195	18.787
		870	301	1.297.645	1.082.694

a) Provisões tributárias

a) Contingências Tributárias

- **a.1**) Discussões relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.
- a.2) Discussões relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro CSLL.
- **a.3**) Encargo de Capacidade Emergencial ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais das controladas da Companhia. O STF declarou a constitucionalidade do Encargo de Capacidade Emergencial ECE, razão pela qual a contingência será baixada na medida em que os processos forem encerrados, com a conseqüente conversão em renda dos depósitos. Relativamente à Recomposição Tarifária Extraordinária RTE, entende a Companhia que o encargo tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. O valor do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

encargo discutido é objeto de depósito judicial integral. A redução do valor decorre do encerramento de processos, sem êxito para a empresa, nos quais se discutia o Encargo de Capacidade Emergencial - ECE.

- **a.4)** Provisão relativa a compensações de créditos de PIS e COFINS, discussões quanto à incidência das mesmas sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições.
- a.5) Provisão relativa a outros tributos, cujos processos foram avaliados como de perda provável.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2013, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

		Controladora	Cons olidado Cons olidado		
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício	301	285	1.082.694	909.116	
(+) Adições	569	16	416.386	273.992	
(-) Reversão de valores provisionados	-	-	(209.485)	(103.022)	
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira			8.050	2.608	
Saldo no final do exercício	870	301	1.297.645	1.082.694	

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências Tributárias

- **a.1**) As controladas da Companhia, Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 752.672. Não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.2**) As controladas da Companhia, Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. e Gerdau Aços Especiais S.A., possuem discussões que tratam de Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.328.362, referente a lucros gerados no exterior. Não foi constituída provisão de contingência relativa a esta demanda, uma vez que sua probabilidade de perda é classificada como possível.
- **a.3**) A Companhia e suas controladas, Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A., são partes em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa hoje em R\$ 282.500. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.4**) As controladas da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. e Gerdau Açominas S.A., discutem administrativamente a glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos do artigo 7º e 8º da Lei 9532/97, relativo à reorganização societária realizada em 2004/2005, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL. O valor total atualizado das discussões importa em R\$ 3.225.181.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Contingências Cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, propôs nova ação judicial ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$ 245.070).

Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

- **b.2**) Em setembro de 2008, foram ajuizadas ações judiciais perante a Justiça Federal do Estado de Illinois, em que figuram a controlada nos Estados Unidos e a maioria dos grandes produtores de aço da América do Norte. Alega-se que essas empresas uniram-se com o intuito de praticar atividades anticompetitivas. Essas ações judiciais foram propostas por uma associação de compradores que adquiriram, direta ou indiretamente, produtos de aço entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e buscam indenização de três vezes do valor das perdas e danos que teriam sido causados (incluindo o valor de honorários advocatícios e juros moratórios). Apesar de a controlada nos Estados Unidos entender que essas ações não têm fundamento e que irá se defender, ainda não é possível prever o desfecho desses processos ou determinar o nível de exposição que será gerado.
- **b.3**) A Companhia é parte em procedimento arbitral de natureza sigilosa, na pessoa de uma controlada da Companhia, envolvendo possível contingência estimada, com base na opinião dos seus consultores legais, em R\$ 22.184.
- **b.4**) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 78.599. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

A Administração acredita que eventuais perdas decorrentes de outras contingências não afetarão de forma significativa o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

		Controladora		Cons olidado
	2013	2012	2013	2012
Tributários	147	145	1.093.664	872.417
Trabalhistas	208	94	58.396	46.027
Cíveis	1	1	4.784	4.675
	356	240	1.156.844	923.119

NOTA 18 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	(Controladora_	Cons olidado		
	2013	2012	2013	2012	
Mútuos ativos		_	_		
Empresa associada					
Armacero Ind. Com. Ltda.	-	-	31.109	9.287	
Gerdau Aços Longos S.A.	-	13	-	-	
Empresa com controle compartilhado					
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	-	-	60	56.243	
Outros					
Fundação Gerdau	-	-	55.657	66.933	
Outros	-	-	323	15	
	-	13	87.149	132.478	
Mútuos passivos			_		
Empres as controladas					
Gerdau Aços Longos S.A.	(10)	-	-	-	
Gerdau BG Participações S.A.	(709.537)	(984.756)	-	-	
	(709.547)	(984.756)	_	-	
	2013	2012	2013	2012	
(Despesas) Receitas financeiras líquidas	(79.330)	(76.745)	1.565	924	

b) Operações comerciais

Nos exercícios findos em 31/12/2013 e 2012, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas associadas e com controle compartilhado decorrentes de vendas no montante de R\$ 731.132 em 31/12/2013 (R\$ 642.200 em 31/12/2012) e de compras no montante de R\$ 476.105 em 31/12/2013 (R\$ 358.368 em 31/12/2012). O saldo líquido de contas a receber monta R\$ 89.452 em 31/12/2013 (R\$ 81.889 em 31/12/2012).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Operações financeiras

	Controladora Títulos para negociação		Controladora (Despesas)/Receitas		Consolidado (Despesas)/Receita	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Controladores						_
Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (*)	-	-	-	-	(12.480)	(16.539)
Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. (***)	-	-	-	-	604	-
Outros						
Debêntures Gerdau S.A.	8.362	9.885	673	511	-	-

^(*) Garantias por avais dos controladores de certos financiamentos no montante de R\$ 1.156.101 no consolidado em 31/12/2013, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. (**) Recebimento de contrato de locação.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Avais concedidos

Parte Relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Valor Original	Vencimento	Saldo
Indac Ind. Adm. e Com. S.A.	Controladora	Fiança	Instrumento particular	955.653	mai/15	1.405.842
Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau S.A.	Controlada	Garantia	Contrato de Crédito Rotativo	-	Indeterminado	1.125.947
Dona Francisca Energética S.A	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	152.020	dez/14	7.666
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	437.387	jul/15 - fev/21	536.109
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	148.071	Indeterminado	163.982
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	443.147	mar/14 - abr/14	117.145
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	1.744.000	out/17	3.513.900
Diaco S.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	109.158	mar/14 - jun/17	409.955
Gerdau Aços Especiais S.A.	Controlada	Aval	Contrato de Compra/Venda Energia Elétrica	1.664	set/16	8.354
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	2.904.824
Industrias Nacionales C. por A.	Associada	Garantia	Contratos de Financiamento	102.529	jul/15 - jan/19	135.584
Industrias Nacionales C. por A.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	112.852	mar/14	48.858
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	2.117.750	set/21	2.779.495
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	123.293	ago/14	171.055
Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	20.434	jun/14	25.519
Coquecol S.A.C.I.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	105.867	fev/14 - jul/14	117.201
Steelchem Trading Corporation	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	80.964	mar/14 - jun/14	93.704
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Aval	Bond 10 anos	1.501.275	abr/23	1.530.889
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	300.355	dez/15 - set/18	302.195
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Associada	Aval	Contratos de Financiamento	333.013	abr/14	333.013
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Aval	Contratos de Financiamento	660.000	ago/20	660.000

e) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2013 foi de 8,06% (8,4% em 31/12/2012). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Remuneração da Administração

A Controladora pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 2.604 (R\$ 2.443 em 31/12/2012), em termos consolidados foi pago um total de R\$ 33.341 em 31/12/2013 (R\$ 50.898 em 31/12/2012). Em 31/12/2013, as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 1.189 – Plano de contribuição definida (1.109 em 31/12/2012, respectivamente).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações totalizaram no final do exercício:

		2013
	Número de	Preço Médio
	opções	de Exercício
		R\$
No início do exercício	7.823.379	17,08
Opções outorgadas	847.518	18,58
Opções exercidas	(1.507.083)	9,10
Opções canceladas	(130.374)	21,58
Convertidas para Ações Restritas	(5.434.417)	18,52
No final do exercício	1.599.023	20,16

As ações restritas decorrentes do processo de conversão totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2013
No início do Exercício	-
Outorgadas	2.814.835
Exercidas	(562.962)
No final do Exercício	2.251.873

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 25.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 9.503 em 31/12/2013 (R\$ 8.667 em 31/12/2012).

NOTA 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2013:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo atuarial complano de pensão - contribuição definida	-	-	555.184	533.095
Total do ativo		_	555.184	533.095
Passivo atuarial complano de pensão - benefício definido	-	-	488.345	682.811
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	-	-	369.065	405.723
Passivo combenefício de aposentadoria e desligamento	<u> </u>		134.945	153.017
Total do passivo		_	992.355	1.241.551
Parcela do Circulante	-	-	50.036	53.930
Parcela do Não-circulante	-	-	942.319	1.187.621

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia, através de suas subsidiárias norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas subsidiárias no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida conforme descrito na letra "b", sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norteamericanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Taxa de desconto	(21.260)	20.765

Em 31/12/2013, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (1.027.579) (R\$ (1.232.904) em 31/12/2012) para o consolidado.

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	Controladora		Consolida	
	2013	2012	2013	2012
Custo do serviço corrente	-	-	80.072	63.886
Custo financeiro	3	3	158.185	140.998
Receita de juros sobre os ativos do plano	(4)	(5)	(164.808)	(211.556)
Custo do serviço passado	-	-	(11.029)	10.974
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	1		38.217	52.243
Custo líquido complano de pensão		(2)	100.637	56.545

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	-	(33)	(3.113.818)	(3.003.755)
Valor justo dos ativos do plano	-	47	3.081.582	2.789.879
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	<u> </u>	(14)	(456.109)	(468.935)
Efeito líquido		-	(488.345)	(682.811)
Ativo reconhecido	<u> </u>	_		
Passivo reconhecido		-	(488.345)	(682.811)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013	2012
Variação na obrigação de benefício				
Obrigação de benefício no início do exercício	33	27	3.003.778	2.407.817
Custo do serviço corrente	-	-	80.072	63.886
Custo financeiro	3	3	158.184	140.998
Pagamento de benefícios	-	-	(159.524)	(110.908)
Custo do serviço passado	-	-	(11.029)	10.974
Remensurações atuariais	(5)	3	(272.774)	300.333
Variação cambial			315.165	190.678
Obrigação de benefício no final do exercício	31	33	3.113.872	3.003.778

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Variação nos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	47	38	2.789.912	2.184.416
Receita de juros sobre os ativos do plano	4	5	164.807	211.556
Contribuições dos patrocinadores	-	-	90.237	208.578
Pagamentos de benefícios	-	-	(159.524)	(110.906)
Remunerações	(6)	4	(33.428)	151.126
Variação cambial			229.654	145.140
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	45	47	3.081.658	2.789.910

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 994 (R\$ 478 em 31/12/2012) e ações da sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A. no montante de R\$ 0 (R\$ 3.997 em 31/12/2012).

As remensurações reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Cons olidado	
	2013	2012	2013	2012
Remunerações	(5)	(4)	33.428	(151.128)
Remensurações atuariais	3	3	(272.774)	300.333
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	2	3	(12.826)	64.055
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes	-	2	(252.172)	213.260
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas	(83.367)	74.716	-	-
Total reconhecido nos resultados abrangentes	(83.367)	74.718	(252.172)	213.260

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

				Con	ttrolagora
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(31)	(33)	(27)	(258)	(5.323)
Valor justo dos ativos do plano	45	47	38	575	12.498
Superávit	14	14	11	317	7.175
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	3	3	23	402	(2.032)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(5)	(4)	(615)	2.725	91

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

				(Cons olidado
	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.113.872)	(3.003.778)	(2.407.798)	(1.728.048)	(2.745.740)
Valor justo dos ativos do plano	3.081.658	2.789.910	2.184.390	2.121.907	3.365.059
Superávit	(32.214)	(213.868)	(223.408)	393.859	619.319
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	(272.774)	300.328	386.563	56.210	181.018
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	33.428	(151.120)	208.325	(20.821)	(237.291)

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

		2013
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	100,0%	42,4%
Renda Variável	-	47,4%
Outros	<u> </u>	10,2%
Total	100%	100%
		2012
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	100,0%	46,0%
Renda Variável	-	43,4%
Outros	<u> </u>	10,6%
Total	100%	100%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

As subsidiárias nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas subsidiárias contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação varia entre 60% em renda variável (ações) e 40% em renda fixa (títulos da dívida).

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2013 e 2012, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

		2013
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	11,29%	4,50% - 4,75%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,25% - 4,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	2014 e UP1994
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	2014 e UP1994
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e	Baseada no serviço e
	no nível salarial/Nula	no nível salarial

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		2012
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	8,68%	4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,25% - 4,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e	Baseada na idade e/ou
	no nível salarial/Nula	no servico

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 0 em 2013 (R\$ 0 em 2012) para a controladora e R\$ 107.699 em 2013 (R\$ 95.359 em 2012) no consolidado.

c) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As subsidiárias nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2013	2012
Custo do serviço corrente	5.011	4.430
Custo financeiro	17.253	17.321
Custo do serviço passado	(75.067)	
Custo líquido com plano de saúde	(52.803)	21.751

A tabela a seguir mostra o status do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefício definido	(369.086)	(405.723)
Passivo total líquido	(369.086)	(405.723)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2013	2012
Variação na obrigação de benefício		_
Obrigação de benefício no início do exercício	405.723	343.713
Custo dos serviços correntes	5.374	4.430
Custo financeiro	16.890	17.321
Custo do serviço passado	(75.067)	-
Contribuições dos participantes	2.816	2.906
Pagamento de benefícios	(17.565)	(18.463)
Subsídio Médico	1.302	873
Remensurações	(20.980)	21.908
Variação cambial	50.593	33.035
Obrigação de benefício no final do exercício	369.086	405.723
	2013	2012
Variação nos ativos do plano		_
Contribuições dos patrocinadores	13.208	14.139
Contribuições dos participantes	2.708	2.906
Subsídio Médico	1.279	873
Pagamentos de benefícios	(17.195)	(17.918)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício		-

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2013	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(369.086)	(405.723)	(343.713)	(272.302)	(243.156)
Déficit	(369.086)	(405.723)	(343.713)	(272.302)	(243.156)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(20.980)	21.908	30.330	29.170	30.089

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2013	2012
Remensurações	(20.980)	21.908
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	(20.980)	21.908

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

_	2013	2012
Taxa média de desconto	4,50% - 4,75%	4,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	7,0% - 8,15%	7,5% - 8,20%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de	5,00%	5,00%
2016 a 2025		

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.789	(2.446)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	52.514	(43.270)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pelas subsidiárias na Espanha e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade através da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas. O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos. Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 134.945 em 31/12/2013 (R\$ 153.017 em 31/12/2012).

NOTA 20 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Consolidado			
	2013 20			
Provisão para passivos ambientais	105.663	66.931		
Parcela do Circulante	15.149	24.536		
Parcela do Não-circulante	90.514	42.395		

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

		2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344
Saldo no fim do período	137.618.994	268.804.344	137.618.994	268.804.344

Em 31/12/2013 estão subscritas e integralizadas 137.618.994 ações ordinárias e 275.062.544 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 6.881.998 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

											Composição :	acionária
						2013						2012
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	O rd.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas*	89.842.352	65,3	15.924	0,0	89.858.276	21,8	89.842.316	65,3	15.924	0,0	89.858.240	21,8
Investidores institucionais brasileiros	25.090.883	18,2	62.967.540	22,9	88.058.423	21,3	31.490.639	22,9	88.759.617	32,2	120.250.256	29,1
Investidores institucionais estrangeiros	3.076.844	2,2	158.958.475	57,8	162.035.319	39,3	3.610.785	2,6	134.673.098	49,0	138.283.883	33,5
Outros acionistas	19.608.915	14,3	46.862.405	17,0	66.471.320	16,1	12.675.254	9,2	45.355.705	16,5	58.030.959	14,1
Ações em tesouraria	-	0,0	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5	-	0,0	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0	137.618.994	100,0	275.062.544	100,0	412.681.538	100,0

^{*} A Indac – Ind. Adm. e Com. S.A. é a controladora da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

		2013		2012
	Ações		Ações	
	Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861
Saldo final	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861

Em 31/12/2013, a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia ou mantidas em tesouraria para posterior cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R\$ 11,16.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.
- d) Ajustes de avaliação patrimonial são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.

Os efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas são compostos por (i) variações de participação decorrentes da consolidação do Paraopeba – Fundo de Investimento Renda Fixa (Nota 3.1), relativos aos montantes investidos pela Companhia e suas controladas em comparação com os montantes de investimento detidos por entidades não consolidadas (partes relacionadas) (ii) reclassificação de saldos entre o patrimônio líquido atribuído a participação dos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

acionistas controladores e o atribuído a participação dos acionistas não-controladores, como conseqüência de complemento decorrente de aquisição de participação adicional em empresas já controladas pela Companhia; e (iii) variações decorrentes de aumento (redução) na participação em controladas oriundas de aumento de capital, aquisições (alienações) de participação adicional, além de diluições de participação de qualquer natureza.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio – os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 37.310 (R\$ 12.437 em 31/12/2012).

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 150.376 e corresponde ao total devido para atendimento ao dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado, consoante disposição estatutária, conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido d Constituição d Constituição d Lucro líquido a	a reserva legal a reserva de inc	entivos fiscais				2013 505.124 (25.257) (28.867) 451.000	2012 456.731 (22.836) (25.416) 408.479
Período	Natureza	R\$/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2013	2012
1° trimestre	Dividendos	0,02	406.423	17/05/2013	29/05/2013	8.128	32.514
2° trimestre	Juros	0,11	406.423	12/08/2013	21/08/2013	44.706	-
2° trimestre	Dividendos					-	52.836
3° trimestre	Juros	0,16	406.423	11/11/2013	22/11/2013	65.028	36.578
4° trimestre	Dividendos	0,08	406.423	05/03/2014	17/03/2014	32.514	8.129
Juros sobre cap	oital próprio e d	lividendos				150.376	130.057
Crédito por aç	ão (R\$)					0,37	0,32

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO

Básico e Diluído

			2013			2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
_	(Em milhares,	exceto ações e dados	por ação)	(Em milhares,	exceto ações e dados	por ação)
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	171.040	334.084	505.124	154.654	302.077	456.731
		-				
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações deduzindo a média das						
ações em tesouraria.	137.618.994	268.804.344		137.618.994	268.804.344	
_			_			
Lucro por ação (em R\$) – Básico e diluído	1,24	1,24		1,12	1,12	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 23 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

- a) A participação dos administradores está limitada a 10% do lucro líquido, após o imposto de renda e ao montante de suas retiradas, conforme descrito no estatuto da Companhia; e
- **b**) A participação dos colaboradores está vinculada ao alcance de metas operacionais e é alocada aos custos das vendas, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

		Cons olidado
	2013	2012
Receita bruta de vendas	45.716.601	43.055.916
Impostos incidentes sobre vendas	(4.179.096)	(3.555.392)
Descontos	(1.674.468)	(1.518.856)
Receita líquida de vendas	39.863.037	37.981.668

NOTA 25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que delimitava nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência. O Plano de Opções prevê que 75% das opções outorgadas a administradores apenas serão exercíveis se forem atendidas as metas de desempenho estabelecidas para o período pelo Comitê Executivo.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 19/09/2013 aprovou alterações no Plano de Incentivo de Longo Prazo com o objetivo de suportar um modelo de cumprimento de metas desafiadoras de longo prazo, permitindo aos participantes tornarem-se acionistas da Companhia e obterem ganhos futuros com a valorização das ações. Além disso, as alterações buscaram o alinhamento entre os interesses dos participantes, da Companhia, de seus Acionistas e das tendências de Mercado. Estas alterações consistiram na inclusão de outras formas de outorgas tais como Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados para as novas outorgas e possibilitaram ao funcionário converter, até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações e *Share Appreciation Rights* (SARs) por Ações Restritas através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações Restritas.

A conversão foi efetuada através da equivalência de valor justo entre as opções de ações e SARs e as Ações Restritas entregues no processo de migração. O cálculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a migração serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09 de dezembro de 2013, 20 de março de 2015, 20 de março de 2016, 20 de março de 2017 e 20 de Março de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Plano de opções de ações:

				Consolidado
		2013		2012
	Número de	Preço médio de	Número de	Preço médio de
	opções	exercício	opções	exercício
		R\$	_	R\$
No início do exercício	13.481.041	17,34	12.195.495	17,74
Opções outorgadas	1.947.564	18,58	2.277.080	14,42
Opções exercidas	(2.388.004)	9,60	(535.096)	10,85
Opções canceladas	(279.004)	20,22	(456.438)	21,25
Convertidas para Ações Restritas	(9.968.102)	18,96	-	-
No final do exercício	2.793.495	19,44	13.481.041	17,34

A cotação média da ação no exercício findo em 31/12/2013 foi de R\$ 16,01 (R\$ 17,85 em 31/12/2012).

A Companhia possui, em 31/12/2013, um total de 13.745.843 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria ou morte.

				Consolidado
				Quantidade
		Prazo médio das	Preço médio de	disponível em
Preço de exercício	Quantidade	opções	exercício	31/12/2013*
	<u> </u>		R\$	_
R\$ 10,19	80.742	5,2	10,19	80.742
R\$ 27,85 a R\$ 31,95	12.581	3,2	31,95	12.581
R\$ 46,48	8.953	4,2	46,48	8.953
R\$ 10,58 a R\$ 29,12	2.691.219	5,0	19,61	150.096
	2.793.495		_	252.372
			-	

^{*} O total de opções que venceram o prazo de carência e estão disponíveis para exercício em 31/12/2013 é de 252.372 (5.416.875 em 31/12/2012).

O custo com planos de incentivos de longo prazo com pagamento baseado em ações reconhecidos no resultado, no exercício findo em 31/12/2013, foi de R\$ 35.745 (R\$ 29.623 em 31/12/2012).

A Companhia reconhece o custo (do Programa) com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2013	Outorga 2012
Dividend yield	1,36%	2,18%
Volatilidade do preço da ação	57,22%	57,36%
Taxa de retorno livre de risco	9,23%	10,62%
Período esperado até o vencimento	5 anos	5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Resumo da movimentação do plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

_	Consolidado
_	2013
No início do Exercício	1.024.876
Outorgadas	597.472
Adição devido a conversão de Stock	
Options	5.234.336
Adição devido a conversão de	
Share Appreciation Rights (SARs)	2.898.828
Canceladas	(652.956)
Exercidas	(1.731.341)
No final do Exercício	7.371.215

c) Demais Planos – América do Norte

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Gerdau aprovou, para as subsidiárias da América do Norte, a adoção do Plano "Equity Incentive Plan" (o "EIP"). As outorgas decorrentes do EIP podem assumir a forma de opções de ações, "Share Appreciation Rights" ("SARs"), direitos de ações futuras ("DSUs"), ações restritas ("RSUs"), performance das ações ("PSUs"), e/ou outras outorgas baseadas em ações. Exceto para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as demais outorgas podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Companhia determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer outorga que será pago em opções ou SARs, o preço de exercício das opções ou SARs não será inferior ao valor justo de mercado de uma ação ordinária na data da outorga. O prazo de carência de todos os veículos (incluindo RSUs, DSUs e PSUs) é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SARs têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 2013, a outorga de aproximadamente US\$ 11,9 milhões (R\$ 27,9 milhões) foi concedida aos participantes do EIP. A Companhia emitiu 2.423.379 SARs liquidadas em ações, 198.552 RSUs e 398.920 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Em 2012, a outorga de aproximadamente US\$ 11,6 milhões (R\$ 23,7 milhões) foi concedida aos participantes do EIP. A Companhia emitiu 1.672.473 SARs liquidadas em ações, 133.990 RSUs e 273.242 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes e nenhuma outra outorga será concedida nesses planos. Todas as outorgas pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2013, existiam 857.973 SARs e 102.276 "stock options" pendentes nesses planos. Esta outorga é provisionada ao longo do período de carência de 4 anos.

Durante o exercício findo em 31/12/2013 e 31/12/2012, os efeitos reconhecidos no resultado referente às outorgas em opções liquidadas em dinheiro foram um ganho de US\$ 2,2 milhões (R\$ 4,8 milhões) e uma perda de US\$ 3,3 milhões (R\$ 6,5 milhões), respectivamente.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, o passivo em aberto para transações de pagamentos baseados em ações incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante nas informações intermediárias das subsidiárias da América do Norte era de US\$ 1,2 milhão (R\$ 2,8 milhões) e US\$ 9,7 milhões (R\$ 19,8 milhões), respectivamente. Em 31/12/2013 e 31/12/2012, o valor intrínseco do total de passivos baseados em ações dos quais os participantes tenham adquirido direito ao exercício era de US\$ 1,3 milhão (R\$ 3,0 milhões) e US\$ 4,5 milhões (R\$ 9,2 milhões), respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Share Appreciation Rights (SARs)

SARs dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADRs ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADRs da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referência na data da outorga. O prazo de carência das SARs é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga. A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo *Black-Scholes* de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Gerdau pode liquidar as SARs em ações ou em dinheiro. Para as SARs liquidadas em ações a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SARs liquidadas em dinheiro a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

Os valores justos na data da concessão das SARs, de possível liquidação em ações, concedidas durante os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012 foram de US\$ 3,16 e US\$ 4,51 (R\$ 6,83 e R\$ 8,82), respectivamente, e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2013	2012
Dividend yield	1,81%	2,09%
Volatilidade do preço da ação	51,08%	52,30%
Taxa de retorno livre de risco	1,12%	1,43%
Período esperado até o vencimento	6.50 anos	6.50 anos

O modelo de precificações de ações *Black-Scholes* foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SARs. O *dividend yield* esperado era baseado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SAR's concedida.

Resumo da movimentação de SARs no exercício:

	Consolidado
	2013
No início do Exercício	6.078.726
Outorgadas	2.423.379
Convertidas para Ações Restritas	(5.914.523)
Canceladas	(885.644)
Exercidas	(843.965)
No final do Exercício	857.973

Performance Share Units (PSUs)

PSUs dão ao detentor o direito de receber uma ADRs para cada unidade após o prazo de carência, conforme determinação da Companhia. Os titulares de PSUs acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como PSUs adicionais. O percentual de PSUs inicialmente outorgados, e que se realizam em um período de 5 anos, dependem da performance da Companhia no período em relação a metas de performance pré-estabelecidas. A despesa relacionada a cada PSU foi reconhecida durante o período de execução com base no valor justo das PSUs na data da outorga e no número de unidades previstas para a carência. O valor justo médio ponderado das PSUs outorgadas foi de US\$ 7,51 e US\$ 10,67 (R\$ 16,22 e R\$ 20,86) concedidos durante os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:												
											Ex	ercício findo em:
		Operação Brasil		mérica do Norte		América Latina		Aços Especiais		nações e ajustes		Consolidado
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita líquida de vendas	15.111.033	14.099.770	12.562.179	12.449.705	5.366.383	4.964.436	8.023.058	7.388.667	(1.199.616)	(920.910)	39.863.037	37.981.668
Custo das vendas	(11.894.313)	(11.630.084)	(11.918.596)	(11.453.120)	(4.800.928)	(4.635.666)	(7.308.700)	(6.420.824)	1.194.077	905.592	(34.728.460)	(33.234.102)
Lucro bruto	3.216.720	2.469.686	643.583	996.585	565.455	328.770	714.358	967.843	(5.539)	(15.318)	5.134.577	4.747.566
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(939.600)	(922.016)	(640.487)	(581.772)	(313.590)	(272.277)	(327.569)	(317.991)	(396.540)	(383.838)	(2.617.786)	(2.477.894)
Outras receitas (despesas) operacionais	129.370	80.465	9.525	6.798	1.067	(2.162)	17.623	4.932	(10.866)	(47.603)	146.719	42.430
Resultado da equivalência patrimonial		-	46.800	28.757	(11.647)	(28.660)	-	(17.102)	18.848	25.358	54.001	8.353
	2.406.490	1.628.135	59.421	450.368	241.285	25.671	404.412	637.682	(394.097)	(421.401)	2.717.511	2.320.455
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos												
Resultado financeiro, líquido	(134.503)	(125.024)	(185.200)	(106.485)	(76.974)	(44.279)	(130.250)	(99.835)	(943.894)	(594.078)	(1.470.821)	(969.701)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	2.271.987	1.503.111	(125.779)	343.883	164.311	(18.608)	274.162	537.847	(1.337.991)	(1.015.479)	1.246.690	1.350.754
Imposto de renda e contribuição social	(566.779)	(380.442)	144.342	(20.098)	(60.352)	(23.482)	(117.447)	(175.528)	874.026	581.473	273.790	(18.077)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.705.208	1.122.669	18.563	323.785	103.959	(42.090)	156.715	362.319	(463.965)	(434.006)	1.520.480	1.332.677
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	891.218	600.350	154.178	200.483	853	2.629	153.367	117.448	-	-	1.199.616	920.910
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2.406.490	1.628.135	59.421	450.368	241.285	25.671	404.412	637.682	(394.097)	(421.401)	2.717.511	2.320.455
Depreciação/amortização	822.221	766.673	515.413	471.781	186.975	154.211	504.898	434.834	12	80	2.029.519	1.827.579
Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA)	3.228.711	2.394.808	574.834	922.149	428.260	179.882	909.310	1.072.516	(394.085)	(421.321)	4.747.030	4.148.034
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	326.765	278.211	1.129.060	907.476	1.288	1.288	132.918	238.630	1.590.031	1.425.605
Ativos totais	20.345.227	17.510.061	16.909.618	15.602.047	7.927.174	7.304.130	14.830.092	12.878.312	(1.508.147)	75.566	58.503.964	53.370.116
Passivos totais	9.523.647	6.831.829	4.547.307	4.945.152	2.123.608	2.497.586	6.912.854	6.742.720	5.227.009	5.534.477	28.334.425	26.551.764

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

										LACICICIO HIITO CHI.
Informações por área geográfica:		Brasil		América Latina (1)	Am	érica do Norte (2)		Europa/Ásia		Consolidado
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita líquida de vendas	16.134.963	15.207.817	5.989.926	5.478.956	15.416.686	15.219.140	2.321.462	2.075.755	39.863.037	37.981.668
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos totais	22.325.894	20.806.206	8.478.180	7.763.406	23.843.862	21.569.514	3.856.028	3.230.990	58.503.964	53.370.116

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.
⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

	_		Consolidado
Modalidade	Abrangência	2013	2012
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos		
	elétricos, explosão, quebra de máquina e extravas amento (derrame de		
	material em estado de fusão).	41.860.131	34.049.739
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	8.681.559	8.430.642
Responsabilidade Civil	Operações industriais	416.451	255.826

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções levam em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

28.1 Teste de recuperabilidade do ágio

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade.

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A alocação dos ágios por segmento é apresentada na nota 11.

Em dezembro de 2013, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e os testes efetuados não identificaram perdas pela não recuperabilidade do ágio no exercício.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2013 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a para os segmentos Brasil, América Latina, Aços Especiais e América do Norte.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas foram 9,2% a.a para o segmento América do Norte (9,5% em dezembro de 2012), 10,0% a.a para o segmento Aços Especiais (10,0% em dezembro de 2012), 10,5% a.a para o segmento América Latina (10,25% em dezembro de 2012) e 11,0% a.a para o segmento Brasil (10,5% em dezembro de 2012).

Considerando o valor recuperável verificado através dos fluxos de caixa descontados, o mesmo excedeu o valor contábil em R\$ 1.244 milhões para o segmento de negócio América do Norte (R\$ 2.714 milhões em dezembro de 2012), R\$ 1.661 milhões para o segmento de negócio Aços Especiais (R\$ 2.201milhões em dezembro de 2012), R\$ 431 milhões para o segmento de negócio América Latina (R\$ 995 milhões em dezembro de 2012) e R\$ 10.661 milhões para o segmento de negócio Brasil (R\$ 10.183 milhões em dezembro de 2012).

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixas das variáveis de taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade a mudanças nessas variáveis. Um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 94 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 1.663 milhões em dezembro de 2012), R\$ 942 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 1.373 milhões em dezembro de 2012), R\$ 9.077 milhões para o segmento Brasil (R\$ 8.546 milhões em dezembro de 2012) e R\$ 7 milhões para o segmento América Latina (R\$ 515 milhões em dezembro de 2012). Por sua vez, um decréscimo de 0,5% da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 361 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 1.941 milhões em dezembro de 2012), R\$ 1.127 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 1.614 milhões em dezembro de 2012), R\$ 9.515 milhões para o segmento Brasil (R\$ 9.045 milhões em dezembro de 2012) e para o segmento América Latina em R\$ 124 milhões (R\$ 652 milhões em dezembro de 2012).

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principal risco pode destacar uma eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e de construção, paralisação de atividades de plantas industriais da

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

28.2 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

Em dezembro de 2013, a Companhia não identificou perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2014, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

_		Controladora
	2013	2012
Depreciação e amortização	(13)	(80)
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(720)	(626)
Outras despesas/receitas (*)	(37.747)	(30.589)
	(38.480)	(31.295)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(4.466)	(5.454)
Outras receitas operacionais	283	193
Outras despesas operacionais (*)	(34.297)	(26.034)
	(38.480)	(31.295)

^(*) O valor de Outras despesas operacionais se refere substancialmente a impostos e taxas não relacionadas a vendas e imposto de renda.

	Consolidado		
	2013	2012	
Depreciação e amortização	(2.029.519)	(1.827.579)	
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(6.079.209)	(5.608.148)	
Recuperação de créditos (*)	329.084	-	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(24.544.272)	(23.888.138)	
Fretes	(2.075.459)	(1.910.237)	
Outras despesas/receitas	(2.800.152)	(2.435.464)	
	(37.199.527)	(35.669.566)	
Classificados como:			
Custo dos produtos vendidos	(34.728.460)	(33.234.102)	
Despesas com vendas	(658.862)	(587.369)	
Despesas gerais e administrativas	(1.958.924)	(1.890.525)	
Outras receitas operacionais	327.535	248.496	
Outras despesas operacionais	(180.816)	(206.066)	
	(37.199.527)	(35.669.566)	

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(*) No exercício de 2013, a Companhia e suas controladas no Brasil efetuaram uma revisão dos procedimentos operacionais e dos critérios de apropriação de créditos relativos aos tributos não cumulativos, não alcançados pela prescrição, em virtude de entendimentos emanados pelas decisões proferidas sobre o assunto. A recuperação de créditos foi efetuada ao longo de 2013 e resultou no reconhecimento do valor principal destes créditos na linha de Custos das Vendas, enquanto que a atualização monetária foi reconhecida na linha de Receitas Financeiras, conforme mencionado na Nota 30.

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Rendimento de aplicações financeiras	3.229	1.338	136.178	155.639
Atualização monetária sobre recuperação de créditos	-	-	41.053	-
Juros recebidos e outras receitas financeiras	571	362	117.399	160.913
Total Receitas Financeiras	3.800	1.700	294.630	316.552
Juros sobre a dívida	(170.570)	(181.845)	(1.071.070)	(992.294)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(79.837)	(76.760)	(153.058)	(141.284)
Total Despesas Financeiras	(250.407)	(258.605)	(1.224.128)	(1.133.578)
Variação cambial, líquida	(21)	2	(544.177)	(134.128)
Ganhos e perdas com instrumentos financeiros, líquidos	-	-	2.854	(18.547)
Resultado Financeiro, Líquido	(246.628)	(256.903)	(1.470.821)	(969.701)
